

01 OUT 1985

Congresso x Planalto

CORREIO BRAZILIENSE

ANC 88
Pasta 10/85-1
003/1985

Comecem a surgir problemas nas relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso. O governo não esconde suas preocupações diante da tendência de apresentação de um substitutivo à emenda que enviou ao Legislativo convocando a Assembléia Nacional Constituinte. O substitutivo se justificaria, no entendimento de muitos membros da comissão mista, inclusive do relator, Flávio Bierrenbach, para acolher várias sugestões apresentadas.

Desde que a proposta de emenda constitucional foi enviada ao Congresso que o presidente José Sarney tem externado a diversos parlamentares o receio de que a sua proposta venha a ser desfigurada por várias alterações. O Presidente sempre entendeu que a emenda convocando a Assembléia Constituinte deveria ser singela e sintética, como a que enviou ao Legislativo.

Existe a idéia de convocação de uma Constituinte autônoma, independente do Congresso, através da eleição de delegados-constituintes, já defendida pelo deputado Flávio Bierrenbach. No jantar oferecido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, com a presença dos integrantes das Mesas das duas Casas do Congresso, Sarney manifestou indiretamente opinião contrária à Constituinte autônoma, ao dizer que o Congresso provavelmente não acolheria essa proposta que o marginaliza.

Os problemas não se limitam à convocação da Constituinte. Há preocupações no Palácio do Planalto em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido por uma comissão especial da Câmara e do Senado, instituída para estudar a redação de novo capítulo do Poder Legislativo no texto constitucional.

Segundo informações que alguns membros da comissão levaram ao Palácio do Planalto, a comissão poderá repetir o mesmo erro dos constituintes de 1946 que, ressentidos com o Estado Novo recém-derrubado, atribuíram ao Poder Legislativo enorme soma de poderes em detrimento do Executivo.

Existe um consenso entre observadores e estudiosos de ciência política de que os superpoderes atribuídos ao Congresso pela Carta de 1946 contribuíram para as sucessivas crises institucionais que se verificaram durante o reinado daquela Carta, crises que terminaram por desaguar no golpe de Estado de março de 1964.

O deputado Ulysses Guimarães está devidamente informado a respeito dessas preocupações do Governo. Ontem, ele promoveu almoço na sua residência oficial, com a presença do líder Pimenta da Veiga e dos deputados Flávio Bierrenbach e Cássio Gonçalves — relatores, respectivamente, das comissões que estudam a emenda de convocação da Constituinte e a devolução dos predicamentos do Poder Legislativo.

Como não se chegou a nenhuma conclusão, depois de uma reunião-almoço de três horas e meia, Ulysses convocou outro encontro para a noite de ontem, esperando-se que as discussões varassem a madrugada. Depois de 21 anos de jejum, o Congresso aspira por retomar a importância que teve no Brasil até março-abril de 1964, acabando com a longa marginalidade que lhe foi imposta, em todo esse tempo, pelo regime militar.

A IGREJA, PRIMEIRO

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, decidiu começar suas conversações sobre o pacto social proposto pelo Governo com o cardeal dom Ivo Lorscheider e com dom Luclano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB.

TARCISIO HOLANDA